

## Práticas Normalizadas: Uma Leitura do Poema “A Implosão Da Mentira”

## Normalized Practices: A Reading of the Poem "The Implosion Of Lies"

**Clarice Braatz Schmidt**

Mestrado em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Docente, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cândido Rondon, PR, Brasil

 [claricebraatz@yahoo.com.br](mailto:claricebraatz@yahoo.com.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-0077-9707>

**Gilmei Francisco Fleck**

Doutor em Letras, Universidade Estadual Paulista

Docente, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil

 [chicofleck@gmail.com](mailto:chicofleck@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-3435-458X>

**Phelipe de Lima Cerdeira**

Doutor em Letras, Universidade Federal do Paraná

Docente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

 [phelipecerdeira@gmail.com](mailto:phelipecerdeira@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-9097-8250>

 <https://doi.org/10.29327/2206789.19.32-5>

 Publicado em acesso aberto sob uma licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) 

### Resumo

Objetiva-se, neste texto, apresentar considerações acerca do processo de interiorização de uma dada realidade, isto é, como ocorre a formação da realidade subjetiva do indivíduo, bem como quais os mecanismos úteis ao processo de conservação e transformação desta realidade, observando o fenômeno da formação da realidade subjetiva como um elemento de natureza essencialmente social. Além disso, pretende-se observar como a interiorização da realidade contribui para o processo de normalização de práticas absurdas, como se observa, por exemplo, nos casos de corrupção na política brasileira, utilizando-se como objeto de análise o consagrado poema “A Implosão da mentira”, de Affonso Romano de Sant’Anna. Por meio de pesquisa bibliográfica, a análise será pautada em teóricos como Berger Luckmann (1976), Arendt (1986) e Eagleton (2003), dentre outros. Parte-se do pressuposto que as formações ideológicas em que se alicerça o preconceito que move a grande disseminação de inverdades na atualidade tem fundamento, principalmente, na socialização primária dos indivíduos, concluindo-se que a banalização do mal encontra guarida consolidada ainda hoje entre uma parcela massiva da população.

*Palavras-chave:* literatura, sociedade, práticas cotidianas

### Abstract

This study aims to present considerations about how a given reality is internalized, or how the formation of an individual's subjective reality occurs, as well as what mechanisms are helpful in the process of conserving and changing this reality. It does this by looking at the phenomenon of subjective reality formation as a component of a fundamentally social nature. Additionally, by analyzing the poem "A Implosão da Mentira" by Affonso Romano de Sant’Anna, to show how the internalization of reality influences the process of "normalization" of absurd practices, such as corruption in Brazilian politics. Through bibliographical research, the analysis will be based on theorists such as Berger Luckmann (1976), Arendt (1986) and Eagleton (2003), among others. It starts from the assumption that the ideological formations on which the prejudice that drives the great dissemination of untruths today is based, mainly, on the primary socialization of individuals, concluding that the banalization of evil finds consolidated shelter even today between a massive portion of the population.

*Keywords:* literature, society, everyday practices

**Recebido em 28/11/2022**

**Aceito em 29/12/2022**

**Publicado em 31/03/2023**

### Da Socialização à Banalização Do Mal

É lugar comum mencionar que todo indivíduo, ao nascer, encontra-se inserido em dada sociedade, sendo neste meio social que ocorrerão as aprendizagens necessárias para que esteja apto à vida em comunidade. Esse indivíduo, no entanto, apesar de nascer com aptidões para a socialização, não nasce socializado, antes, terá que passar por todo um processo de socialização, que se inicia no dia de seu nascimento. Ninguém é um ser social por ter nascido em determinada sociedade, mas por apreender, por meio da

interação com outros indivíduos que dessa sociedade fazem parte, uma dada visão da realidade. Nesse aspecto, vale mencionar o postulado de Jean-Jacques Rousseau, em seu *Do contrato social*, segundo o qual

É a família [...] o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo a imagem dos filhos, e havendo nascido todos livres e iguais, não alienam a liberdade a não ser em troca da sua utilidade. Toda a diferença consiste em que, na família, o amor do pai pelos filhos compensa os cuidados que estes lhe dão, ao passo que, no Estado, o prazer de comandar substitui o amor que o chefe não sente por seus povos (Rousseau, 2002, p. 5).

Para Rousseau, o grande desafio do homem civilizado foi encontrar uma maneira de associar-se, a fim de proteger-se, sem que isso importasse na perda de sua liberdade. E é nesse cenário que surge o pacto social, cuja empresa consiste em

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social. As cláusulas deste contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito; [...] Todas essas cláusulas, bem entendido, se reduzem a uma única, a saber, a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda a comunidade; porque, primeiramente, cada qual se entregando por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para os outros (Rousseau, 2002, p. 10-11).

Ou seja, o contrato social, assim como o meio familiar, tem por objetivo determinar o comportamento dos indivíduos visando o bem comum, através da apreensão daquilo que é entendido como correto pelo grupo e benéfico a esse grupo. Peter Berger e Thomas Luckmann lançam luzes sobre como se dá a apreensão de determinada realidade pelo indivíduo. No livro *A construção social da realidade* (1976), os autores observam como se dá o processo iniciado na infância de socialização do indivíduo, sendo que, no terceiro capítulo da obra, são apresentadas, mais especificamente, considerações relativas à realidade de natureza subjetiva. Tal seção é iniciada com a observação de que a realidade possui, ao mesmo tempo, uma natureza objetiva e outra subjetiva, sendo que uma forma adequada de compreensão da realidade deve levar em conta esse fato. Existe uma realidade objetiva na sociedade, preexistente ao nascimento do indivíduo, que, por meio do processo de interiorização, é apropriada pelo sujeito sendo transformada em sua realidade particular, isto é, subjetiva. Essa interiorização tem, assim, por base, o relacionamento social. Conforme afirmam Berger e Luckmann, “a interiorização neste

sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido” (1976, p. 174). Ainda em relação à interiorização, os autores afirmam que interiorização é

a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. Isto não quer dizer que compreenda o outro adequadamente. Posso de fato compreendê-lo mal, por exemplo, se está rindo em um acesso de histeria posso entender o riso como significando hilariedade. Mas a subjetividade dele é, entretanto, objetivamente acessível a mim e torna-se dotada de sentido para mim, quer haja ou não congruência entre os processos subjetivos dele e os meus. A completa congruência entre os dois significados subjetivos e o conhecimento recíproco desta congruência pressupõe significação (Berger & Luckmann, 1976, p. 174).

A interiorização pode ser entendida, assim, como a apropriação pelo indivíduo de um mundo preexistente a ele como seu próprio mundo, sendo que somente depois de ter ocorrido uma série de interiorizações é que efetivamente o indivíduo torna-se membro da sociedade. É graças a essa apropriação de uma significação preexistente que valores – mesmo que distorcidos – conseguem se manter intactos na sociedade, causando uma sensação de que o passado está à espreita em qualquer esquina. É o que ocorre, por exemplo, com o poema que aqui será observado, a saber, “A implosão da mentira”, do poeta mineiro Affonso Romano de Sant’Anna.

É notória a atualidade do poema em questão, mesmo tendo sido produzido na década de 80, quando lutava-se para abertura política do país que se encontrava sob regime ditatorial desde o golpe militar de 1964:

1.  
Mentiram-me. Mentiram-me ontem  
e hoje mentem novamente. Mentem  
de corpo e alma, completamente.  
E mentem de maneira tão pungente  
que acho que mentem sinceramente.

Mentem, sobretudo, impune/mente.  
Não mentem tristes. Alegrementemente  
mentem. Mentem tão nacional/mente  
que acham que mentindo história afora  
vão enganar a morte eterna/mente.

Mentem. Mentem e calam. Mas suas frases  
falam. E desfilam de tal modo nuas  
que mesmo um cego pode ver  
a verdade em trapos pelas ruas.

Sei que a verdade é difícil  
e para alguns é cara e escura.  
Mas não se chega à verdade  
pela mentira, nem à democracia  
pela ditadura.

(Sant'Anna, 2007, p.17).

Conforme afirma o próprio Sant'Anna, “a poesia é reinvenção do mundo através da linguagem” (Sant'Anna, 2009, p. 170). Nesse sentido, é por meio da arte poética que o artista perfaz uma análise sociocultural da mentira, observando o fato de a história oficial nem sempre ser fiel aos acontecimentos, cabendo ao poeta revelar a verdade mediante o único recurso que lhe resta: “Página branca onde escrevo. Único espaço / de verdade que me resta”.

Apesar de o poema em análise ter sido escrito em 1980, ou seja, 5 anos antes da “queda” da ditadura no Brasil, é possível notar que de lá para cá pouca coisa parece ter mudado. A mentira escancarada no poema de Sant'Anna parece fazer parte do cotidiano atual, e de tal forma enraizada na falta de memória histórica que o presente parece desejar retomar um passado em que a égide do Regime Militar cerceou inúmeros direitos individuais. Na primeira parte do poema, acima apresentado, verifica-se que a alusão à mentira ocorre como uma forma de demonstrar a prática social que, de tão normalizada, chega a soar como uma mentira sincera. Ou seja, mente-se de tal forma e com tal frequência, que a prática da mentira tornou-se um hábito aceito por quase todos, que, fingidamente cegos, mentem também para si próprios ao acreditar nas mentiras que podem ser reconhecidas como tal.

Na primeira estrofe da segunda parte do poema, alguns dados históricos mundiais são rememorados, a fim de demonstrar o resultado da normalização da mentira:

2.  
Evidente/mente a crer  
nos que me mentem  
uma flor nasceu em Hiroshima  
e em Auschwitz havia um circo  
permanente.  
(Sant'Anna, 2007, p. 17).

O circo de horrores de Auschwitz, campo de concentração nazista, é evocado, bem como a bomba de Hiroshima, acontecimentos da história universal que atestam o perigo de se confiar cegamente no discurso de ódio, cravejado de mentiras, que tem como intuito

manter escondido algo que se encontra encoberto apenas por um véu diáfano. O evento da ditadura brasileira, também marcado pelo brutalismo da tortura, é assim aproximado a grandes atentados contra a vida e a liberdade representados pelo apogeu do nazismo e pela barbárie da bomba atômica, eventos catastróficos que mataram milhares de inocentes praticados por distintos lados da mesma guerra. É necessário mencionar que, tanto no caso do nazismo quanto no caso das bombas de Hiroshima e Nagasaki, nota-se a presença do mal disfarçado por aparente boa intenção, que cegou e levou milhares de pessoas a apoiarem atitudes nefastas. Acaba, nesse entremeio, por ocorrer a banalização e burocratização do mal, como apontou Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999), evidenciando que para além do aspecto político, os valores éticos e morais também são abalados quando fenômenos totalitários estão em evidência. Assim, trivializa-se a mentira e a maldade, colhendo-se consequências destrutivas, vez que o mal arraigado teria o poder de alterar a natureza humana, exterminando a pluralidade e buscando erradicar a espontaneidade de cada indivíduo. Arendt, ao teorizar sobre o julgamento e defesa do nazista Eichmann, observa que:

O problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas (Arendt, 1999, p. 299).

Nesse âmbito, há que se mencionar Maurice Halbwachs, quando postula que até a formação das lembranças dos indivíduos estaria assentada nas lembranças coletivas. Para o autor, o ato de recordar é efetivado por uma memória social, ou seja, as lembranças são coletivas, sendo que nossas recordações sobre o passado se apoiam sobre as lembranças dos outros, garantindo, assim, que a exatidão do fato recordado seja maior. Segundo Halbwachs, até mesmo os acontecimentos em que somente nós estivemos envolvidos tem sua base na memória coletiva, haja vista que, na realidade, nunca estamos sós. Diz-nos Halbwachs, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (1990, p. 51). Ora, tal posicionamento de Halbwachs pode explicar o porquê de vivenciarmos em pleno século XXI movimentos que têm como pretensão o reestabelecimento de um regime ditatorial, que era calcado em violência e mentiras. Revela como o horror do nazismo ainda pode seduzir grupos que acreditam piamente em

valores deturpados, porém convalidados por lembranças familiares inverídicas de uma pretensa superioridade.

### **Da Maldade Caricaturesca: Cômico Não Fosse Trágico**

Na estrofe seguinte, da segunda parte do poema, Sant'Anna introduz um tom levemente cômico ao acontecimento da mentira:

Mentem. Mentem caricatural-  
mente:  
mentem como a careca  
mente ao pente,  
mentem como a dentadura  
mente ao dente,  
mentem como a carroça  
à besta em frente,  
mentem como a doença  
ao doente,  
mentem clara/mente  
como o espelho transparente.  
(Sant'Anna, 2007, p. 17-18).

Aqui, de forma irônica, o poeta usa exemplos absurdos e um pouco cômicos de mentira, demonstrando que a balela política e social chega ao patamar do escracho. As amostras disparatadas e insensatas de mentira levam o leitor a imaginar um cenário aparentemente exagerado e ridículo, não passível de realismo. No entanto, se nos atermos a inúmeras matérias jornalísticas sobre a atualidade política poderemos perceber que nossa realidade se encontra impregnada desse escracho tão bem poetizado por Sant'Anna. As Fake News, tão combatidas, mas nunca tão presentes, nos lembram todos os dias que o absurdo assola o cotidiano e precisa ser observado atentamente contraposto.

Mentem deslavada/mente,  
como nenhuma lavadeira mente  
ao ver a nódoa sobre o linho. Mentem  
com a cara limpa e nas mãos  
o sangue quente. Mentem  
ardente/mente como um doente  
em seus instantes de febre. Mentem  
fabulosa/mente como o caçador que quer passar  
gato por lebre. E nessa trilha de mentiras  
a caça é que caça o caçador  
com a armadilha.

E assim cada qual  
 mente industrial?mente,  
 mente partidária?mente,  
 mente incivil?mente,  
 mente tropical?mente,  
 mente incontinente?mente,  
 mente hereditária?mente,  
 mente, mente, mente.  
 E de tanto mentir tão brava/mente  
 constroem um país  
 de mentira  
     diária/mente.  
 (Sant'Anna, 2007, p. 18).

Nessa rede de mentiras, as atrocidades assumem caráter de normalidade. Veja-se nas estrofes acima que a normalização e banalização da mentira contribui para que se forme uma consciência cauterizada a respeito da inverdade, uma alienação que atinge, por se dizer, todos os indivíduos da sociedade e não apenas aqueles que figuram no cenário político, tornando a mentira hereditária, ou seja, apreendida dentro do espaço familiar. É uma mentira que industriosa, que atinge todas as esferas, tornando-se uma armadilha cotidiana.

Nesse âmbito, há que se mencionar a distinção que Berger e Luckmann fazem da socialização primária, ocorrida na infância, da socialização secundária, que se assenta sobre a socialização primária. A socialização primária, pautada na afetividade, isto é, na relação de identificação entre os indivíduos, é aquela que ocorre por meio da interação com os “outros significativos”, que são impostos ao indivíduo. Diz-se que os outros significativos da socialização primária são impostos, pois o indivíduo não tem o poder de, nesse momento, escolher as pessoas com que irá interagir. O exemplo utilizado por Berger e Luckmann refere-se ao fato de que ninguém pode escolher os pais que tem, os quais seriam os principais “outros significativos” com quem o indivíduo interage na socialização primária. Segundo Berger e Luckmann, “desde que a criança não tem escolha ao selecionar seus outros significativos, identifica-se automaticamente com eles. Pela mesma razão a interiorização da particular realidade deles é quase inevitável” (1976, p. 180). E é nesse contexto que a apropriação de valores morais pouco louváveis acontece, como é o caso do racismo, da homofobia, a misoginia e da involução de um sistema político e “mentira hereditária”. A personalidade do indivíduo vai sendo moldada como um reflexo dos outros significativos, podendo ser distorcida. Berger e Luckmann ressaltam que:



o indivíduo não somente absorve os papéis e atitudes dos outros, mas nesse mesmo processo assume o mundo deles. De fato, a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriadas juntamente com este mundo. Dito de outra maneira, todas as identificações realizam-se em horizonte que implicam um mundo social específico. [...] A apropriação subjetiva da identidade e a apropriação subjetiva do mundo social são apenas aspectos diferentes do mesmo processo de interiorização, mediatizado pelos mesmos outros significantes (Berger & Luckmann, 1976, p. 177-178).

Da mesma forma, Mikhail Bakhtin, em sua *Estética da criação verbal*, observa que até mesmo quando um indivíduo se autodescreve, ele o faz a partir da referência dos outros. Até a forma como o indivíduo se relaciona com sua imagem refletida no espelho, o fará a partir do outro. Bakhtin afirma que, “não estou sozinho quando me olho no espelho, estou sob o domínio de outra alma” (Bakhtin, 1997, p. 53). Ou seja, como bem revela o poema, “mente hereditária? mente,/ mente, mente, mente./ E de tanto mentir tão brava/ mente/ constroem um país/ de mentira/ diária/mente”. É nesse diapasão que se abre o terreno fértil para mentiras como “nunca houve ditadura no Brasil”, “Direitos Humanos é para humanos direitos”, “nada pode ser feito pois o país foi quebrado pelo partido político que antecedeu o atual no governo do país”, “a vacina contra o coronavírus pode transformar cidadãos em jacarés”, “a vacina chinesa contra coronavírus possui um chip de controle comunista”, dentre tantos outros absurdos que é possível observar que circulam com naturalidade no discurso de determinados grupos sociais. E fica uma questão: Essa interiorização primária pode gerar ondas de violência entre crianças no ambiente escolar, geradas pela intolerância? Já convivemos ou conviveremos brevemente com essa realidade? Em que medida a arte, mais especificamente a arte literária, pode nos servir como meio de resistência contra isso?

A arte é fundamental para que o indivíduo se visualize na categoria do outro de forma positiva, decolonial, emancipatória, múltipla, e entenda que a imagem que possui de si próprio está entrecortada pelas opiniões de pessoas diversas, ou seja, pelos discursos dos outros. Segundo Bakhtin, “o homem não pode juntar a si mesmo num todo exterior relativamente concluído, porque vive a sua vida na categoria de seu eu” (Bakhtin, 1997, p. 55). Ou seja, se até mesmo a imagem que vemos no espelho é “gerada” pela relação com os outros, quanto mais nossos valores morais e nossa noção de veracidade dos fatos. Nesse âmbito, é necessário entender criticamente quem são esses outros significativos. Pensar de forma crítica sobre qual o lugar no mundo, qual a importância dessas vozes outras.

Na parte 3 do poema em análise é possível observar a continuidade da apreensão da mentira como algo naturalizado:

3.  
 Mentem no passado. E no presente  
 passam a mentira a limpo. E no futuro  
 mentem novamente.  
 Mentem fazendo o sol girar  
 em torno à terra medieval/mente.  
 Por isto, desta vez, não é Galileu  
 quem mente.  
 mas o tribunal que o julga  
 herege/mente.

Mentem como se Colombo partindo  
 do Ocidente para o Oriente  
 pudesse descobrir de mentira  
 um continente.

Mentem desde Cabral, em calmaria,  
 viajando pelo avesso, iludindo a corrente  
 em curso, transformando a história do país  
 num acidente de percurso.  
 (Sant'Anna, 2007, p. 18-19).

Além de interiorizar uma determinada imagem de mundo, o indivíduo também interioriza na socialização primária um aparelho legitimador, responsável pela legitimação das realidades interiorizadas. Esse aparelho legitimador daria justificativas ao indivíduo do porquê as coisas são como são. Algumas vezes estaria amparado em credences e mistificações, como, por exemplo, quando se diz que a criança não deve ter essa ou aquela atitude pois isso desagradaria a Deus, ao invés de apresentar explicações objetivas, que se apresentaria com um grau maior de complexidade.

É interessante que no poema cita-se Galileu Galilei, morto, justamente, por defender uma verdade científica na Idade Média diante daqueles que desconheciam a veracidade do fato de que a Terra gira em torno do sol e não o contrário. Não bastando a mentira perniciososa de um grupo de conservadores cegados por suas verdades inverídicas, que levou Galileu à morte, a mentira é passada a limpo, ou seja, mesmo na época em que o poema foi escrito quanto na contemporaneidade continuam-se sacrificando pessoas que possuem uma visão científica e menos falha da realidade.

A interiorização na socialização secundária, por sua vez, seria muito menos complexa. Eis um dos porquês da primária ser muito mais solidificada que a secundária. A socialização secundária seria própria das sociedades onde existe divisão do trabalho e do conhecimento. Na visão de Berger e Luckmann, seria praticamente impossível não haver

socialização secundária em uma sociedade, pois, caso isso acontecesse, o cabedal de conhecimentos dessa sociedade seria muito simples.

Na socialização secundária ocorre a interiorização de “submundos”, isto é, de realidades parciais, pertencentes a um grupo menor de indivíduos que os da socialização primária. Seria baseado na institucionalização da sociedade, ocorrendo como aquisição de conhecimento para a realização de funções específicas.

Da mesma forma que a socialização primária, a socialização secundária também necessita do amparo de um aparelho legitimador que, nesse caso, geralmente será movido por relações de compensação, pautadas na variabilidade sócio-histórica. Por exemplo, no caso da graduação, o indivíduo submete-se e considera importante pois sabe (ou pelo menos acredita) que ao final será recompensado. Vale ressaltar que, na visão de Berger e Luckmann, geralmente, o aparelho legitimador é acompanhado de símbolos rituais e materiais, que contribuem com a legitimação ao conferirem valores às funções específicas, observando que, enquanto a socialização primária não é acompanhada de prestígio social, a secundária pode vir acompanhada de relações de prestígio. Da mesma forma, a passagem da socialização primária para a secundária, muitas vezes, é acompanhada de rituais, os quais nem sempre são percebidos como tal nas sociedades ditas modernas, que se dizem emancipadas desse tipo de prática. A colação de grau, ao término do Ensino Superior, é um exemplo perfeito.

A socialização secundária não se pauta na afetividade, mas na forma institucionalizada que os relacionamentos adquirem. Isto é, as relações na socialização primária são mediadas por laços de afeto, enquanto na socialização secundária é a formalidade que dirige os relacionamentos. Por exemplo, o aluno não vai à escola e aprende determinado conteúdo porque ama a professora, mas porque a formalidade diz que ele deve ir à escola e aprender tal conteúdo, independentemente de gostar ou não do mestre. Essa relação institucionalizada revelaria certo anonimato nas relações presentes na socialização secundária, pois, ao inverso de uma mãe, que é aparentemente considerada como um ser insubstituível na tradicional e ultrapassada família burguesa, um professor pode perfeitamente ser substituído por outro. Apesar de não ser marcada pela afetividade, certas esferas da socialização secundária podem dela fazer uso, como acontece no caso da socialização secundária no âmbito religioso, em que a afetividade é útil para que se estabeleçam relações de confiança no processo de socialização.

Outro mecanismo legitimador das verdades socialmente construídas é a linguagem. Interessante notar como, na quinta e última parte do poema, Sant'Anna revela essa importância da linguagem. Veja-se:

5.  
 Página branca onde escrevo. Único espaço  
 de verdade que me resta. Onde transcrevo  
 o roubo, a esperança, e onde tarde  
 ou cedo deposito meu espanto e medo.  
 Para tanta mentira só mesmo um poema  
 explosivo-conotativo  
 onde o advérbio e o adjetivo não mentem  
 ao substantivo  
 e a rima rebenta a frase  
 numa explosão da verdade.

E a mentira repulsiva  
 se não explode pra fora  
 pra dentro explode  
 implosiva.  
 (Sant'Anna, 2007, p. 19-20)

A linguagem apresenta-se como um elemento antagônico no processo de socialização primária, pois, ao mesmo tempo em que é interiorizada juntamente com a visão de mundo, é por meio da linguagem que se dá a interiorização, haja vista ser o principal instrumento de interação entre os indivíduos. A linguagem, na estrofe acima, apresenta grande importância, pois é através dela que, em meio a tantas repulsivas mentiras, o eu lírico pode expressar sua indignação diante das atrocidades que presencia no seu dia a dia, sua revolta diante das mentiras que são propagadas diariamente e normalizadas em uma sociedade decadente. Como nos ensina Arendt:

(...) mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na terra (Arendt, 1987, p. 7).

Vale ressaltar que, constantemente, o conteúdo interiorizado na socialização secundária diverge das bases assentadas na socialização primária, havendo então conflitos. Apesar da resistência que a socialização primária apresenta, muitas vezes, alguns de seus aspectos precisam ser alterados para que se dê a socialização secundária. E é nesse ínterim que visões distorcidas da realidade podem ser consertadas. Assim, cria-se um espaço para que indivíduos que vivenciaram uma socialização primária

carregada de valores morais duvidosos possa reelaborarem seus valores, adquirindo uma visão menos distorcida e falha da realidade circundante.

A conservação da realidade costuma ser efetuada por meio das rotinas, que são as práticas cotidianas que conferem credibilidade à realidade, e por meio da crítica, que seria útil para conservar a realidade subjetiva nos momentos de crise. Estes momentos de crise seriam aqueles em que a confirmação da realidade precisa ocorrer de forma frequente e intensa. É o que ocorre no momento político que vivemos. O poema de Sant'Anna em análise reatualiza-se, justamente, pois o momento de crise política, ideológica e moral que vislumbramos necessita que a crítica mantenha-se alerta para que o passado – desastroso, por sinal – não se torne a realidade presente.

Nesse sentido, o processo de conservação da realidade é de fundamental importância, a fim de que o olhar lançado sobre o passado possa servir de farol para as decisões tomadas no presente, visando garantir aquilo que até aqui foi conquistado. Berger e Luckmann utilizam o exemplo do indivíduo que pega o trem rumo ao trabalho e vê no simples fato de inúmeras pessoas, que nem ao menos conhece, também tomarem o trem para o trabalho uma confirmação de sua realidade diária. Citando Berger e Luckmann, “os outros significativos na vida do indivíduo são os principais agentes da conservação de sua realidade subjetiva” (1976, p. 200). Ou seja, a repetição de um mesmo enunciado por diversos outros indivíduos, sejam eles “outros significantes” ou não, reforça a ideia de que, pelo simples fato de ser considerada correta por um grupo, é a realidade ideal. Lembrando, aqui, que isso tanto pode ser algo positivo, quanto negativo, pois a realidade atual demonstra como mentiras foram alçadas ao patamar de verdade pelo simples fato de serem repetidas por determinados grupos sociais que influenciam as massas.

A conversa – e aqui podemos inserir também as redes sociais – pode ser vista como um dos principais recursos para a conservação da realidade, haja vista ser ela o veículo da comunicação verbal. Por meio dela, o indivíduo reafirma suas crenças, do mesmo modo que pode passar a desacreditá-las. De forma frequente ou intensa, a conversa contribui para que o indivíduo se convença de sua realidade, ou poderá descartá-la, ao perceber que suas dúvidas tinham fundamento, amparando-se na legitimidade que a conversa com o outro lhe oferece. Tal postulado fica muito claro quando pensamos em como a “conversa virtual” direcionou, inclusive, os resultados da eleição de 2018.

Assim, tanto a interiorização da realidade quanto sua conservação ocorrem por meio das relações sociais, isto é, não só a interiorização é um processo de natureza social, mas também a conservação da realidade, lembrando que o meio social se apresenta como o terreno que deverá propiciar estruturas específicas de plausibilidade que confirmem sua realidade subjetiva.

No que diz respeito à transformação da realidade, observa-se que essa exige que aconteça um processo de ressocialização, que será muito semelhante à socialização primária. Nesse processo, o indivíduo tentará apagar alguns conceitos da socialização primária, assentando no lugar daqueles novos conceitos que estejam em consonância com sua nova realidade.

Haverá, também, a necessidade de um novo aparelho legitimador, que, pautando-se no passado, tentará explicar o presente, lembrando que, na ressocialização, o passado, de certa forma, também é recriado, com o intuito de ser condizente com a nova realidade. Utilizam-se os mecanismos linguísticos de “então eu pensava... agora eu sei”, buscando legitimar a nova realidade, harmonizando o passado com o presente. Menciona-se o fato de que, enquanto a socialização secundária pauta-se no passado, isto é, assenta suas interiorizações sobre algo que já está estabelecido, na ressocialização, as interiorizações pautam-se no presente, re-configurando o passado a partir da nova realidade. Em outras palavras, na socialização secundária visa-se harmonizar o presente com o passado. Na ressocialização ocorre o inverso.

Conforme observa Eagleton em seu texto “Conclusão: crítica política”, “o discurso, em si, não tem um significado definido, o que não quer dizer que não encerre pressupostos: é antes uma rede de significantes capaz de envolver todo um campo de significados, objetos e práticas” (Eagleton, 2003, p. 304). E ainda:

Por "político" entendo apenas a maneira pela qual organizamos conjuntamente nossa vida social, e as relações de poder que isso implica; [...] a história da moderna teoria literária é parte da história política e ideológica de nossa época. De Percy Bysshe Shelley a Norman N. Holland, a teoria literária está indissolivelmente ligada às crenças políticas e aos valores ideológicos. Na verdade, a teoria literária é, em si mesma, menos um objetivo de investigação intelectual do que uma perspectiva na qual vemos a história de nossa época. Tal fato não deveria provocar surpresa, pois qualquer teoria relacionada com a significação, valor, linguagem, sentimento e experiência humanos, inevitavelmente envolverá crenças mais amplas e profundas sobre a natureza do ser e da sociedade humanos, problemas de poder e sexualidade, interpretações da história passada, versões do presente e esperanças para o futuro. [...] As teorias literárias não devem ser censuradas por serem políticas, mas sim por serem, em seu conjunto, disfarçada ou inconscientemente políticas; devem ser criticadas pela cegueira com que oferecem como verdades supostamente "técnicas", "auto-evidentes", "científicas" ou "universais" doutrinas que um pouco de reflexão

nos mostrará estarem relacionadas com, e reforçarem, os interesses específicos de grupos específicos de pessoas, em momentos específicos. (Eagleton, 2003, p. 294-295).

Dentro dessa esfera de interiorização da realidade, encontram-se, também, os esquemas relacionados à circulação do “poder” que, para Foucault, encontrar-se-ia em todas as relações estabelecidas na sociedade. Segundo Roberto Machado (1979), em “Por uma genealogia do poder”, as análises foucaultianas sobre o poder teriam deslocado do Estado o centro de referência quando o assunto discutido diz respeito às relações de poder. Machado afirma que, “Foucault, a partir de uma evidência formada pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre Estado e poder” (1979, p. XI). Foucault não concorda com a posição de que o Estado seria o centro de onde o poder emana em ondas que submetem todos que estão à volta, punindo aqueles que se rebelam. Antes, fazendo o caminho contrário, partiria da periferia, que, no texto “Soberania e disciplina” (1979), é metaforicamente representado pela imagem dos súditos, em direção ao centro, análogo à imagem do rei. Aliás, nesse texto, nota-se que as análises de Foucault se prendem nas micro-estruturas do poder, isto é, nas células como a família e a vizinhança, entre outros, opondo-se à análise marxista, que vê na burguesia a classe que sobrepuiu toda a massa populacional para dela fazer uso, visando a obtenção de lucro. Foucault observa que o sistema burguês de dominação é reflexo das formas micro-estruturais de dominação existentes dentro da família. Por exemplo, no que diz respeito à interdição dos “loucos”, Foucault observa que a burguesia somente se apoderou dos mecanismos de exclusão, pois, nesse caso, seria economicamente viável. No entanto, não teria sido a burguesia que criou esses mecanismos, mas a sociedade como um todo. Citando Foucault,

não foi a burguesia que achou que a loucura devia ser excluída ou a sexualidade infantil reprimida. Ocorreu que os mecanismos de exclusão da loucura e de vigilância da sexualidade infantil evidenciaram, a partir de determinado momento e por motivos que é preciso estudar, um lucro econômico e uma utilidade política, tornando-se, de repente, naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais do sistema do Estado (Foucault, 1979, p. 185).

Ou seja, não é o Estado que cria os mecanismos de controle, ele se apropria daqueles que já existem no meio social. É o poder que emana da periferia em direção ao centro. Isso é evidenciado no poema em análise. É possível observar que a prática de mentira, muito bem estruturada através do nível fonológico do poema, ocorre não apenas



no contexto que diz respeito à política, mas nas práticas cotidianas. Veja-se novamente os versos: “E assim cada qual / mente industrial?mente, / mente partidária?mente, / mente incivil?mente, / mente tropical?mente, / mente incontinente?mente, / mente hereditária?mente, / mente, mente, mente. / E de tanto mentir tão brava/mente / constroem um país / de mentira / diária/mente.”. A marcação dos versos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 com um ponto de interrogação (?) no meio dos advérbios utilizados demonstra que, apesar da possibilidade de questionarmos as mentiras, elas são aceitas como verdades e, assim, cotidianamente, um país de inverdades vai sendo construído não apenas por seus mandatários, mas por sua população que se torna cúmplice quando “Mentem no passado. E no presente / passam a mentira a limpo. E no futuro / mentem novamente.

### Considerações Finais

É inteligível, assim, a ideia de que toda a sociedade contribui para a manutenção da parte vergonhosa do passado, repassando de geração em geração mentiras que, de tanto serem repetidas, tornam-se obscuras verdades. E, assim, o poema é encerrado com a afirmação de que “E a mentira repulsiva / se não explode para fora / pra dentro explode / implosiva.”. Ou seja, mesmo sendo ocultada pela normalização construída via interiorização de determinada realidade social – mesmo que gritantemente distorcida – a mentira por fim, se não destruir pela explosão, destruirá seus possuidores por meio da implosão.

Assim sendo, baseando-se na plausibilidade teórica da obra de Berger e Luckmann, pode-se afirmar que a interação social é o principal mecanismo de aprendizagem com que os indivíduos se deparam no decorrer de suas vidas. O nascimento do sujeito pode ser tido como o marco inicial de uma história de interação social que somente deixará efetivamente de existir com a morte deste. Estar vivo é ser, necessariamente, um ser social, é jogar o jogo da sociedade. É ser participante de algo que, em todas as instâncias, ultrapassa nossa vida enquanto indivíduos e, muitas vezes, nos sufoca e nos faz sucumbir diante da fatídica realidade social.

### Referências

Arendt, H. (1987). *Homens em tempos sombrios*, (D. Bottmann Trad.) Companhia das Letras.



Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*, (J. R. Siqueira, Trad.). Companhia das Letras.

Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal*, (M. E. G. G. Pereira Trad.). Martins Fontes.

Berger, P. L. & Luckmann, T. (1976). *A construção social da realidade*, (F. S. Fernandes Trad.). Vozes.

Berger, P. (1986). *Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística*, (D. M. Garschagen, Trad.). Vozes.

Eagleton, T. (2003). *Teoria da Literatura: Uma introdução*, (W. Dutra, Trad.). Martins Fontes.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*, (R. Machado, Trad.). Edições Graal.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*, (R. Ramalete, Trad.). Vozes.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*, (B. Sidou, Trad.). Ed. Revista Tribunais.

Foucault, M. (1979). *Por uma genealogia do poder*, (R. Machado, Trad.). Edições Graal.

Rousseau, J. (2002). *Do contrato social*, (R. R. Silva, Trad.). Ridendo Castigat Mores.

Sant'Anna, A. R. (2007). *Poesia reunida: 1965-1999*. L&PM.

Sant'Anna, A. R. (2009). *Mediação de leitura: Discussões e alternativas para formação de leitores*. Global.